



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 20,7 milhões, correspondente a R\$ 1.979,26 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 338,4 milhões e Ativos Totais de R\$ 683,1 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2013		2012		PASSIVO
	2013	2012	2013	2012	
CIRCULANTE	574.024	851.077	344.696	607.810	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	1.116	977	2.613	-	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	408.805	557.198	2.613	-	
Aplicações no Mercado Aberto	408.805	557.198	342.083	607.810	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	69.956	57.055	197	210	
Carteira Própria	791	8.831	8.387	8.519	
Vinculados à Prestação de Garantias	69.165	48.224	325.847	593.674	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	9.390	7.652	5.407	
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	12	9.444	-	-	
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(54)	-	-	
OUTROS CRÉDITOS	92.884	224.967	-	731	
Rendas a Receber (Nota 9a)	179	146	-	731	
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	83.054	220.852	-	731	
Diversos (Nota 9b)	9.758	3.969	-	-	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(107)	-	-	-	
OUTROS VALORES E BENS	1.263	1.490	-	-	
Outros Valores e Bens	-	45	-	-	
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.263	1.445	-	-	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	100.193	67.380	-	-	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	87.853	65.742	338.386	317.923	
Carteira Própria	32.529	486	-	-	
Vinculados a Operações Compromissadas	2.629	-	-	-	
Vinculados à Prestação de Garantias	52.695	65.256	-	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	9.984	-	-	-	
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.033	-	163.000	149.000	
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(49)	-	175.324	168.808	
OUTROS CRÉDITOS	2.356	1.638	62	115	
Diversos (Nota 9b)	2.356	1.910	-	-	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(272)	-	-	
PERMANENTE	8.865	8.007	-	-	
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.540	2.655	-	-	
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.633	1.618	-	-	
Outros Investimentos	907	1.037	-	-	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.148	2.350	-	-	
Outras Imobilizações de Uso	10.011	9.692	-	-	
Depreciações Acumuladas	(7.863)	(7.342)	-	-	
DIFERIDO (Nota 13)	-	228	-	-	
Gastos de Organização e Expansão	-	7.399	-	-	
Amortização Acumulada	-	(7.171)	-	-	
INTANGÍVEL (Nota 14)	4.177	2.774	-	-	
Ativos Intangíveis	6.778	4.180	-	-	
Amortização Acumulada	(2.601)	(1.406)	-	-	
TOTAL	683.082	926.464	683.082	926.464	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	Exercícios findos em		2012	Exercícios findos em		2012	
	2º Semestre	31 de dezembro		2º Semestre	31 de dezembro		
	2013	2013	2012	2013	2013	2012	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.243	53.406	59.837	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito	2.342	5.671	8.045	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	26.912	47.749	51.849	18.928	33.972	35.778	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)	(11)	(14)	(57)	Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	327	330	410	1.342	2.521	2.067	
Operações de Captações no Mercado	95	95	-	(9)	(15)	45	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	232	235	410	1.090	2.156	2.022	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.916	53.076	59.427	232	235	-	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(10.059)	(19.452)	(23.680)	39	395	-	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	30.437	63.341	64.455	-	(240)	-	
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(9.685)	(21.034)	(23.717)	(10)	(10)	-	
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(28.417)	(56.844)	(60.351)	Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Despesas Tributárias (Nota 21)	(2.211)	(4.550)	(4.585)	20.270	36.493	37.845	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	9	15	(45)	Atividades Operacionais			
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	332	569	963	5.811	(110.275)	101.180	
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(524)	(949)	(400)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
RESULTADO OPERACIONAL	18.857	33.624	35.747	(30.940)	(35.065)	5.377	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	71	348	31	(298)	(411)	(337)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.928	33.972	35.778	19	19	-	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(7.347)	(13.259)	(13.623)	-	285	-	
LUCRO LÍQUIDO	11.581	20.713	22.155	(522)	(2.597)	(651)	
Número de ações (Nota 17a)	10.465.021	10.465.021	10.465.021	Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais			
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.106,64	1.979,26	2.117,05	(31.741)	(37.769)	4.389	
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
				Dividendos Pagos	(210)	(263)	
				Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(210)	(263)	
				Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
				436.061	558.175	452.869	
				409.921	409.921	558.175	
				(26.140)	(148.254)	105.306	
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período			
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período			
				(26.140)	(148.254)	105.306	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais	
		Legal	Estatutárias				
Saldos em 30.6.2013	163.000	1.564	162.289	179	-	327.032	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(117)	-	(117)	
Lucro Líquido	-	-	-	-	11.581	11.581	
Destinações: - Reservas	-	579	10.892	-	(11.471)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(110)	(110)	
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386	
Saldos em 31.12.2011	142.332	12.097	141.434	11	-	295.874	
Aumento de Capital com Reservas	6.668	-	(6.668)	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	104	-	104	
Lucro Líquido	-	-	-	-	22.155	22.155	
Destinações: - Reservas	-	1.107	20.838	-	(21.945)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(210)	(210)	
Saldos em 31.12.2012	149.000	13.204	155.604	115	-	317.923	
Aumento de Capital com Reservas	14.000	(12.097)	(1.903)	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(53)	-	(53)	
Lucro Líquido	-	-	-	-	20.713	20.713	
Destinações: - Reservas	-	1.036	19.480	-	(20.516)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(197)	(197)	
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	59.327	175,7	116.480	179,7	124.476	181,8
1.1) Intermediação Financeira.....	29.243	86,6	53.406	82,4	59.837	87,4
1.2) Prestação de Serviços.....	30.437	90,2	63.341	97,7	64.455	94,1
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(232)	(0,7)	(235)	(0,4)	(410)	(0,6)
1.4) Outras	(121)	(0,4)	(32)	-	594	0,9
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(95)	(0,3)	(95)	(0,1)	-	-
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(24.394)	(72,2)	(49.431)	(76,3)	(53.929)	(78,7)
Serviços de Terceiros.....	(303)	(0,9)	(576)	(0,9)	(599)	(0,9)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.581)	(4,7)	(2.257)	(3,5)	(1.592)	(2,3)
Materiais, Energia e Outros.....	(476)	(1,4)	(967)	(1,5)	(1.177)	(1,7)
Serviços Técnicos Especializados.....	(1.746)	(5,2)	(3.960)	(6,1)	(3.991)	(5,8)
Processamento de Dados.....	(5.507)	(16,3)	(11.236)	(17,3)	(13.626)	(19,9)
Comunicação.....	(2.117)	(6,3)	(5.681)	(8,8)	(8.418)	(12,3)
Transportes.....	(37)	(0,1)	(67)	(0,1)	(82)	(0,1)
Viagens.....	(149)	(0,4)	(223)	(0,3)	-	-
Manutenção e Conservação de Bens.....	(305)	(0,9)	(556)	(0,9)	-	-
Serviços do Sistema Financeiro.....	(11.502)	(34,1)	(22.623)	(34,9)	(21.382)	(31,2)
Arrendamento de Bens.....	(354)	(1,0)	(702)	(1,1)	(1.300)	(1,9)
Outros.....	(317)	(0,9)	(583)	(0,9)	(1.762)	(2,6)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	34.838	103,2	66.954	103,3	70.547	103,1
5 - DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.090)	(3,2)	(2.156)	(3,3)	(2.022)	(3,0)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	33.748	100,0	64.798	100,0	68.525	100,1
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9	-	15	-	(45)	(0,1)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	9	-	15	-	(45)	(0,1)
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	33.757	100,0	64.813	100,0	68.480	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	33.757	100,0	64.813	100,0	68.480	100,0
9.1) Pessoal	8.449	25,0	18.585	28,6	23.717	34,6
Proventos.....	5.194	15,4	10.307	15,9	16.372	23,9
Benefícios.....	1.739	5,2	3.337	5,1	3.449	5,0
FGTS.....	492	1,4	933	1,4	870	1,3
Outros Encargos.....	1.024	3,0	4.008	6,2	3.026	4,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	10.794	32,0	20.258	31,3	18.208	26,7
Federais.....	10.117	30,0	18.842	29,1	16.785	24,6
Municipais.....	677	2,0	1.416	2,2	1.423	2,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	2.933	8,7	5.257	8,1	4.400	6,4
Aluguéis.....	2.933	8,7	5.257	8,1	4.400	6,4
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	11.581	34,3	20.713	32,0	22.155	32,3
Dividendos.....	110	0,3	197	0,3	210	0,3
Lucros Retidos.....	11.471	34,0	20.516	31,7	21.945	32,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição) tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando os benefícios futuros não são mais esperados.

j) Investimentos

São investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: equipamentos de uso, móveis e utensílios - 10% ao ano e equipamentos de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido

Está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculada pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

m) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional.....	1.116	977
Total de disponibilidades (caixa).....	1.116	977
Aplicações no mercado aberto (1).....	408.805	557.198
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	409.921	558.175

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	1 a 90 dias	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2013	2012
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada.....	408.805	408.805	557.198
Notas do tesouro nacional.....	-	-	557.198
Letras do tesouro nacional.....	408.805	408.805	-
Total em 2013.....	408.805	408.805	
Total em 2012.....	557.198		557.198

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendimentos de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada.....	37.311	41.339
Total (Nota 6b).....	37.311	41.339

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2013				2012				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda									
Ações.....	58	-	-	-	58	96	(38)	48	(48)
Letras financeiras do tesouro.....	-	20.532	49.305	82.502	152.339	152.197	142	122.458	236
Letras do tesouro nacional.....	-	59	-	133	192	193	(1)	106	3
Notas do tesouro nacional.....	-	-	2	254	256	255	1	185	1
Certificados de depósito bancário.....	-	-	-	4.964	4.964	4.964	-	-	-
Total em 2013.....	58	20.591	49.307	87.853	157.809	157.705	104	122.797	192
Total em 2012.....	48	486	56.521	65.742				122.797	192

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 62 mil (2012 - R\$ 115 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	37.311	41.339
Títulos de renda fixa.....	10.709	9.271
Títulos de renda variável.....	(271)	165
Fundos de investimento.....	-	1.074
Instrumentos financeiros derivativos.....	(14)	(57)
Total.....	47.735	51.792

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso anormal							
	Parcelas vencidas				Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2013	%	2012	%
Financiamentos.....	-	-	-	12	12	29,3	7	3,7
Outros créditos (1).....	2	2	17	8	29	70,7	183	96,3
Total em 2013.....	2	2	17	20	41	100,0	190	100,0
Total em 2012.....	-	1	170	19			190	100,0

Operações de crédito	Curso normal				Total geral (A+B)			
	Acima de 360 dias	2013	%	2012	2013	%	2012	%
	Financiamentos.....	10.033	10.033	100,0	9.437	10.045	99,7	9.444
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	29	0,3	183	1,9
Total em 2013.....	10.033	10.033	100,0	9.437	10.074	100,0	9.627	100,0
Total em 2012.....	9.437			9.437			9.627	100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco								2013		2012	
	AA	A	B	C	E	F	H	Total	%	Total	%	
	Financiamentos.....	326	9.707	-	-	-	-	12	10.045	99,7	9.444	98,1
Outros créditos (1).....	-	-	2	2	6	11	8	29	0,3	183	1,9	
Total em 2013.....	326	9.707	2	2	6	11	20	10.074	100,0	9.627	100,0	
%.....	3,2	96,4	-	-	0,1	0,1	0,2					
Total em 2012.....	-	9.437	-	1	1	-	188			9.627	100,0	
%.....	-	98,0	-	-	-	-	2,0					

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor.....	3.035	30,1	467	4,9
Dez maiores devedores.....	6.175	61,3	2.450	25,4
Vinte maiores devedores.....	7.157	71,0	3.687	38,3
Cinquenta maiores devedores.....	8.449	83,9	5.915	61,4
Cem maiores devedores.....	9.449	93,8	7.878	81,8

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Comércio.....	84	0,8	139	1,5
Serviços.....	45	0,5	21	0,2
Pessoa física.....	9.945	98,7	9.467	98,3
Total.....	10.074	100,0	9.627	100,0

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisão requerido	Carteira			Específica		Provisão				
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Genérica	2013	%	2012	%
		Em 31 de dezembro - R\$ mil									
AA	-	326	-	326	3,2	-	-	-	-	-	-
A	0,5	9.707	-	9.707	96,4	-	49	49	63,6	47	20,0
B	1,0	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
C	3,0	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		10.033	4	10.037	99,6	-	49	49	63,6	47	20,0
E	30,0	-	6	6	0,1	2	-	2	2,6	-	-
F	50,0	-	11	11	0,1	5	-	5	6,5	-	-
H	100,0	-	20	20	0,2	21	-	21	27,3	188	80,0
Subtotal		-	37	37	0,4	28	-	28	36,4	188	80,0
Total em 2013		10.033	41	10.074	100,0	28	49	77			
%		99,6	0,4	100,0		36,4	63,6		100,0		
Total em 2012		9.437	190	9.627	100,0	188	47			235	
%		98,0	2,0	100,0		80,0	20,0				100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	235	111
Constituição de provisão	235	410
Baixas para prejuízo	(393)	(286)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A)	77	235
Provisão específica (1)	28	188
Provisão genérica (2)	49	47
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B)	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B)	168	326
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3)	403	244

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2013	2012	2013	2012
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	82.963	210.093	272.655	526.440
Caixa de registro e liquidação	-	10.668	51.620	65.989
Comissões e corretagens a pagar	-	-	1.498	1.147
Outros créditos/ obrigações por negociação e intermediação de valores	91	91	74	98
Total	83.054	220.852	325.847	593.674

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração	100	146
Dividendos	79	-
Total	179	146

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Devedores por depósito em garantia	3.977	816
Créditos tributários (Nota 25c)	3.039	2.515
Devedores diversos	2.829	246
Impostos e contribuições a compensar	2.164	2.026
Adiantamentos e antecipações salariais	46	68
Títulos e créditos a receber	29	183
Outros	30	25
Total	12.114	5.879

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2013	2012						2013	2012	2013	2012
	Ágora Educacional Ltda.	1.574						1.633	15	1.574	99,999

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos referem-se basicamente a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA no montante de R\$ 898 mil (2012 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	2013	2012
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.511	(3.772)	739	749
- Sistema de segurança e comunicação	10%	1.228	(868)	360	393
- Sistema de processamento de dados	20%	4.272	(3.223)	1.049	1.208
Total em 2013		10.011	(7.863)	2.148	
Total em 2012		9.692	(7.342)		2.350

13) DIFERIDO

A Ágora CTVM não possuía valores registrados no diferido que se referem a gastos com desenvolvimento de logística (software) em 31 de dezembro de 2013, (2012 - valor do custo líquido de amortização correspondia a R\$ 228 mil e a amortização acumulada a R\$ 7.171 mil).

14) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por software e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 4.177 mil (2012 - R\$ 2.774 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 2.601 mil (2012 - R\$ 1.406 mil).

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração da Instituição leva em consideração, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2013	731	6
Atualização monetária	50	1
Constituições líquidas de reversões e baixas	321	23
Baixas por pagamento	(321)	(2)
No final do exercício de 2013 (Nota 16)	781	28

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com esta classificação refere-se ao PIS e à COFINS, no montante de R\$ 30.707 mil, que deixaram de ser recolhidos com base em decisão final favorável obtida na AO 2005.51.01.011843-0, porém exigidos pela RFB sob alegação de que as receitas financeiras compõem a base de cálculo dessas contribuições.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.532	7.686
Impostos e contribuições a recolher	785	827
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c)	42	-
Provisões fiscais (Nota 15b - III)	28	6
Total	8.387	8.519

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	1.929	1.892
Provisões trabalhistas (Nota 15b - III)	781	731
Outras (1)	4.942	3.515
Total	7.652	6.138

(1) Refere-se à participação de empregados nos lucros.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 163.000 mil (2012 - R\$ 149.000 mil) é representado por 10.465.021 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012	10.465.021	149.000
Aumento de capital com reservas - AGE/O de 19.4.2013 (1)	-	14.000
Em 31 de dezembro de 2013	10.465.021	163.000

(1) Em 17 de junho de 2013 foi homologada pelo BACEN a Assembleia Geral Extraordinária/Ordinária deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 14.000 mil, sem emissão de ações, elevando-o de R\$ 149.000 mil para R\$ 163.000 mil, mediante a capitalização de parte dos saldos registrados em "Reserva de Lucros - Legal", no montante de R\$ 12.097 mil e "Reservas de Lucros - Estatutárias", no montante de R\$ 1.903 mil, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	175.324	168.808
- Reserva legal (1)	2.143	13.204
- Reserva estatutária (2)	173.181	155.604

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	20.713	22.155
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.036)	(1.107)
Base de cálculo	(19.677)	21.048
Dividendos propostos	197	210
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	18,82	20,07

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de corretagens de operações em bolsas	51.684	54.728
Comissão de intermediação de ações ..	5.548	3.011
Rendas de serviços de custódia.....	3.921	2.264
Taxa de administração	1.526	1.555
Comissões de colocação de títulos.....	662	820
Outros.....	-	2.077
Total	63.341	64.455

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos	10.307	11.344
Participação dos empregados nos lucros	3.431	5.028
Encargos sociais	3.382	3.896
Benefícios.....	3.337	3.165
Outras.....	577	284
Total	21.034	23.717

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços do sistema financeiro.....	22.623	21.382
Processamento de dados.....	11.236	13.626
Comunicação.....	5.681	8.418
Aluguéis.....	5.257	4.400
Serviços técnicos especializados.....	3.960	3.991
Propaganda, promoções e publicidade ..	2.257	1.592
Depreciações e amortizações	2.156	2.022
Materiais, energia e outros.....	967	1.177
Arrendamento de bens.....	702	1.300
Serviços de terceiros.....	576	599
Manutenção e conservação de bens.....	556	-
Viagens.....	223	-
Transportes	67	82
Outras.....	583	1.762
Total	56.844	60.351

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS.....	2.534	2.578
Imposto sobre serviços - ISS.....	1.416	1.423
Contribuição ao PIS.....	411	455
Outras.....	189	129
Total	4.550	4.585

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Receitas de recuperação de encargos e despesas	-	34
Reversão de outras provisões operacionais	25	-
Variações monetárias ativas.....	171	602
Multas	370	73
Outras.....	3	254
Total	569	963

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Patrocínio de caráter cultural.....	305	-
Indenizações pagas.....	-	122
Varição monetária e juros sobre tributos	-	197
Outros (1)	644	81
Total	949	400

(1) Em 2013, basicamente, perdas com clientes.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013 Ativos (passivos)	2012 Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)	2012 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. ...	677	408	-	-
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A. ...	408.805	557.198	37.311	41.339
Dividendos:				
Banco Bradesco	-	-	-	-
BBI S.A.	(197)	(210)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 25 mil (2012 - R\$ 700 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 700 mil em 2012 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	33.972	35.778
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(13.589)	(14.311)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	6	(18)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(227)	265
Outros valores	551	441
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(13.259)	(13.623)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.782)	(14.237)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	523	614
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(13.259)	(13.623)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Consti-tuição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	817	132	199	750
Provisões trabalhistas	292	148	128	312
Outros valores	1.406	1.373	802	1.977
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.515	1.653	1.129	3.039
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	77	-	77	-
Total dos créditos tributários (Nota 9b) Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	2.592	1.653	1.206	3.039
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	2.592	1.611	1.206	2.997

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	427	256	683
2015.....	633	380	1.013
2016.....	633	380	1.013
2017.....	206	124	330
Total	1.899	1.140	3.039

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.844 mil (2012 - R\$ 2.389 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 42 mil relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Carlos Eduardo A. Vianna – Contador – CRC RJ-101223/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 20,7 milhões, correspondente a R\$ 1.979,26 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 338,4 milhões e Ativos Totais de R\$ 683,1 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2013		2012		PASSIVO	2013		2012	
CIRCULANTE	574.024	851.077	574.024	851.077	CIRCULANTE	344.696	607.810	344.696	607.810
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	1.116	977	1.116	977	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.613	-	2.613	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	408.805	557.198	408.805	557.198	Carteira Própria	2.613	-	2.613	-
Aplicações no Mercado Aberto	408.805	557.198	408.805	557.198	OUTRAS OBRIGAÇÕES	342.083	607.810	342.083	607.810
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					Sociais e Estatutárias	197	210	197	210
DERIVATIVOS (Nota 6)	69.956	57.055	69.956	57.055	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	8.387	8.519	8.387	8.519
Carteira Própria	791	8.831	791	8.831	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	325.847	593.674	325.847	593.674
Vinculados à Prestação de Garantias	69.165	48.224	69.165	48.224	Diversas (Nota 16b)	7.652	5.407	7.652	5.407
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	9.390	-	9.390					
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	12	9.444	12	9.444					
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(54)	(12)	(54)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	731	-	731
OUTROS CRÉDITOS	92.884	224.967	92.884	224.967	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	731	-	731
Rendas a Receber (Nota 9a)	179	146	179	146	Diversas (Nota 16b)	-	731	-	731
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	83.054	220.852	83.054	220.852					
Diversos (Nota 9b)	9.758	3.969	9.758	3.969					
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(107)	-	(107)	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	338.386	317.923	338.386	317.923
OUTROS VALORES E BENS	1.263	1.490	1.263	1.490	Capital:				
Outros Valores e Bens	-	45	-	45	- De Domiciliados no País (Nota 17a e b)	163.000	149.000	163.000	149.000
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.263	1.445	1.263	1.445	Reservas de Lucros (Nota 17c)	175.324	168.808	175.324	168.808
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	100.193	67.380	100.193	67.380	Ajustes de Avaliação Patrimonial	62	115	62	115
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS									
DERIVATIVOS (Nota 6)	87.853	65.742	87.853	65.742					
Carteira Própria	32.529	486	32.529	486					
Vinculados a Operações Compromissadas	2.629	-	2.629	-					
Vinculados à Prestação de Garantias	52.695	65.256	52.695	65.256					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	9.984	-	9.984	-					
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	10.033	-	10.033	-					
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(49)	-	(49)	-					
OUTROS CRÉDITOS	2.356	1.638	2.356	1.638					
Diversos (Nota 9b)	2.356	1.910	2.356	1.910					
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(272)	-	(272)					
PERMANENTE	8.865	8.007	8.865	8.007					
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.540	2.655	2.540	2.655					
Participações em Coligadas e Controladas:									
- No País	1.633	1.618	1.633	1.618					
Outros Investimentos	907	1.037	907	1.037					
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.148	2.350	2.148	2.350					
Outras Imobilizações de Uso	10.011	9.692	10.011	9.692					
Depreciações Acumuladas	(7.863)	(7.342)	(7.863)	(7.342)					
DIFERIDO (Nota 13)	-	228	-	228					
Gastos de Organização e Expansão	-	7.399	-	7.399					
Amortização Acumulada	-	(7.171)	-	(7.171)					
INTANGÍVEL (Nota 14)	4.177	2.774	4.177	2.774					
Ativos Intangíveis	6.778	4.180	6.778	4.180					
Amortização Acumulada	(2.601)	(1.406)	(2.601)	(1.406)					
TOTAL	683.082	926.464	683.082	926.464	TOTAL	683.082	926.464	683.082	926.464

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2º Semestre 2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.243	53.406	59.837
Operações de Crédito	2.342	5.671	8.045
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	26.912	47.749	51.849
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)	(11)	(14)	(57)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	327	330	410
Operações de Captações no Mercado	95	95	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f) ..	232	235	410
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.916	53.076	59.427
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(10.059)	(19.452)	(23.680)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	30.437	63.341	64.455
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(9.685)	(21.034)	(23.717)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(28.417)	(56.844)	(60.351)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(2.211)	(4.550)	(4.585)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	9	15	(45)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	332	569	963
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(524)	(949)	(400)
RESULTADO OPERACIONAL	18.857	33.624	35.747
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	71	348	31
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.928	33.972	35.778
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(7.347)	(13.259)	(13.623)
LUCRO LÍQUIDO	11.581	20.713	22.155
Número de ações (Nota 17a)	10.465.021	10.465.021	10.465.021
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.106,64	1.979,26	2.117,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2º Semestre 2013	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.928	33.972	35.778
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.342	2.521	2.067
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(9)	(15)	45
Depreciações e Amortizações	1.090	2.156	2.022
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	232	235	-
Despesas com Provisões Trabalhistas e Fiscais	39	395	-
Ganho na Venda de Bens Não de Uso Próprio	-	(240)	-
Ganho na Venda de Imobilizado	(10)	(10)	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.270	36.493	37.845
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	181.525	131.740	(143.917)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	1.904	(499)	6.510
Aumento em Captações no Mercado Aberto	2.613	2.613	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(197.048)	(266.832)	212.372
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.453)	(13.790)	(11.630)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	5.811	(110.275)	101.180
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(30.940)	(35.065)	5.377
Aquisição de Imobilizado de Uso	(298)	(411)	(337)
Alienação de Imobilizado de Uso	19	19	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	285	-
Aquisição de Intangível	(522)	(2.597)	(651)
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(31.741)	(37.769)	4.389
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(210)	(210)	(263)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(210)	(210)	(263)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(26.140)	(148.254)	105.306
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	436.061	558.175	452.869
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	409.921	409.921	558.175
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(26.140)	(148.254)	105.306

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 30.6.2013	163.000	1.564	162.289	179	-	327.032
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(117)	-	(117)
Lucro Líquido	-	-	-	-	11.581	11.581
Destinações: - Reservas	-	579	10.892	-	(11.471)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(110)	(110)
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386
Saldos em 31.12.2011	142.332	12.097	141.434	11	-	295.874
Aumento de Capital com Reservas	6.668	-	(6.668)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	104	-	104
Lucro Líquido	-	-	-	-	22.155	22.155
Destinações: - Reservas	-	1.107	20.838	-	(21.945)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(210)	(210)
Saldos em 31.12.2012	149.000	13.204	155.604	115	-	317.923
Aumento de Capital com Reservas	14.000	(12.097)	(1.903)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro Líquido	-	-	-	-	20.713	20.713
Destinações: - Reservas	-	1.036	19.480	-	(20.516)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(197)	(197)
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

 Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	%	2013	%
1 - RECEITAS	59.327	175,7	116.480	179,7
1.1) Intermediação Financeira	29.243	86,6	53.406	82,4
1.2) Prestação de Serviços	30.437	90,2	63.341	97,7
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(232)	(0,7)	(235)	(0,4)
1.4) Outras	(121)	(0,4)	(32)	-
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(95)	(0,3)	(95)	(0,1)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(24.394)	(72,2)	(49.431)	(76,3)
Serviços de Terceiros	(303)	(0,9)	(576)	(0,9)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.581)	(4,7)	(2.257)	(3,5)
Materiais, Energia e Outros	(476)	(1,4)	(967)	(1,5)
Serviços Técnicos Especializados	(1.746)	(5,2)	(3.960)	(6,1)
Processamento de Dados	(5.507)	(16,3)	(11.236)	(17,3)
Comunicação	(2.117)	(6,3)	(5.681)	(8,8)
Transportes	(37)	(0,1)	(67)	(0,1)
Viagens	(149)	(0,4)	(223)	(0,3)
Manutenção e Conservação de Bens	(305)	(0,9)	(556)	(0,9)
Serviços do Sistema Financeiro	(11.502)	(34,1)	(22.623)	(34,9)
Arrendamento de Bens	(354)	(1,0)	(702)	(1,1)
Outros	(317)	(0,9)	(583)	(0,9)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	34.838	103,2	66.954	103,3
5 - DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.090)	(3,2)	(2.156)	(3,3)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	33.748	100,0	64.798	100,0
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9	-	15	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	-	15	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	33.757	100,0	64.813	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	33.757	100,0	64.813	100,0
9.1) Pessoal	8.449	25,0	18.585	28,6
Proventos	5.194	15,4	10.307	15,9
Benefícios	1.739	5,2	3.337	5,1
FGTS	492	1,4	933	1,4
Outros Encargos	1.024	3,0	4.008	6,2
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	10.794	32,0	20.258	31,3
Federais	10.117	30,0	18.842	29,1
Municipais	677	2,0	1.416	2,2
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	2.933	8,7	5.257	8,1
Aluguéis	2.933	8,7	5.257	8,1
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	11.581	34,3	20.713	32,0
Dividendos	110	0,3	197	0,3
Lucros Retidos	11.471	34,0	20.516	31,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição) tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando os benefícios futuros não são mais esperados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: equipamentos de uso, móveis e utensílios - 10% ao ano e equipamentos de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido

Está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 2008 ao ano, calculada pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

m) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
 - Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.
 - Outros ativos e passivos
- Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional.....	1.116	977
Total de disponibilidades (caixa).....	1.116	977
Aplicações no mercado aberto (1).....	408.805	557.198
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	409.921	558.175

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)						2013		2012		
						Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos disponíveis para venda										
Ações.....	58	-	-	-	58	96	(38)	48	(48)	
Letras financeiras do tesouro.....	-	20.532	49.305	82.502	152.339	152.197	142	122.458	236	
Letras do tesouro nacional.....	-	59	-	133	192	193	(1)	106	3	
Notas do tesouro nacional.....	-	-	2	254	256	255	1	185	1	
Certificados de depósito bancário.....	-	-	-	4.964	4.964	4.964	-	-	-	
Total em 2013.....	58	20.591	49.307	87.853	157.809	157.705	104	122.797	192	
Total em 2012.....	48	486	56.521	65.742						

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 62 mil (2012 - R\$ 115 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	37.311	41.339
Títulos de renda fixa.....	10.709	9.271
Títulos de renda variável.....	(271)	165
Fundos de investimento.....	-	1.074
Instrumentos financeiros derivativos.....	(14)	(57)
Total.....	47.735	51.792

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso anormal					Total (A)			
	Parcelas vencidas					2013	%	2012	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias					
Financiamentos.....	-	-	-	12	12	29,3	7	3,7	
Outros créditos (1).....	2	2	17	8	29	70,7	183	96,3	
Total em 2013.....	2	2	17	20	41	100,0	190	100,0	
Total em 2012.....	-	1	170	19					

Operações de crédito	Curso normal				Total geral (A+B)			
	Total (B)				Total geral (A+B)			
	Acima de 360 dias	2013	%	2012	2013	%	2012	%
Financiamentos.....	10.033	10.033	100,0	9.437	10.045	99,7	9.444	98,1
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	29	0,3	183	1,9
Total em 2013.....	10.033	10.033	100,0	9.437	10.074	100,0	9.627	100,0
Total em 2012.....	9.437			100,0			9.627	100,0

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco								2013				2012			
	AA	A	B	C	E	F	H		Total	%	Total	%	Total	%		
Financiamentos.....	326	9.707	-	-	-	-	12	12	10.045	99,7	9.444	98,1	9.444	98,1		
Outros créditos (1).....	-	-	2	2	6	11	8	29	29	0,3	183	1,9	183	1,9		
Total em 2013.....	326	9.707	2	2	6	11	20	10.074	10.074	100,0	9.627	100,0	9.627	100,0		
%.....	3,2	96,4	-	-	0,1	0,1	0,2			100,0						
Total em 2012.....	-	9.437	-	1	1	-	188				9.627	100,0	9.627	100,0		
%.....	-	98,0	-	-	-	-	2,0									

(1) Outros créditos compreendem a títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor.....	3.035	30,1	467	4,9
Dez maiores devedores.....	6.175	61,3	2.450	25,4
Vinte maiores devedores.....	7.157	71,0	3.687	38,3
Cinquenta maiores devedores.....	8.449	83,9	5.915	61,4
Cem maiores devedores.....	9.449	93,8	7.878	81,8

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Comércio.....	84	0,8	139	1,5
Serviços.....	45	0,5	21	0,2
Pessoa física.....	9.945	98,7	9.467	98,3
Total.....	10.074	100,0	9.627	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Específica		Provisão			
		Curso normal		Curso anormal		Total		2013		2012	
			%		%	Vencidas	Genérica		%		%
AA.....	-	326	-	326	3,2	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	9.707	-	9.707	96,4	-	49	63,6	47	20,0	-
B.....	1,0	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
C.....	3,0	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal.....		10.033	4	10.037	99,6	49	49	63,6	47	20,0	
E.....	30,0	-	6	6	0,1	2	2	2,6	-	-	-
F.....	50,0	-	11	11	0,1	5	5	6,5	-	-	-
H.....	100,0	-	20	20	0,2	21	21	27,3	188	80,0	-
Subtotal.....		-	37	37	0,4	28	28	36,4	188	80,0	
Total em 2013.....		10.033	41	10.074	100,0	28	49	77			
%.....		99,6	0,4	100,0		36,4	63,6	100,0			
Total em 2012.....		9.437	190	9.627	100,0	188	47		235		
%.....		98,0	2,0	100,0		80,0	20,0				

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012		Outros créditos		Outras obrigações	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial.....	235	111	235	111	-	-	1.498	1.147
Constituição de provisão.....	235	410	(393)	(286)	91	91	74	98
Baixas para prejuízo.....	77	235	28	188				
Provisão específica (1).....	28	188	49	47				
Provisão genérica (2).....	91	91	168	326				
Saldo final - com características de concessão de crédito (A).....	77	235	403	244	83.054	220.852	325.847	593.674
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B).....	91	91						
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B).....	168	326						
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3).....	403	244						

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e

(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2013	2012	2013	2012
Devedores/credores por conta de liquidação pendente.....	82.963	210.093	272.655	526.440
Caixa de registro e liquidação.....	-	10.668	51.620	65.989

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
	Devedores por depósito em garantia.....	3.977
Créditos tributários (Nota 25c).....	3.039	2.515
Devedores diversos.....	2.829	246
Impostos e contribuições a compensar.....	2.164	2.026
Adiantamentos e antecipações salariais.....	46	68
Títulos e créditos a receber.....	29	183
Outros.....	30	25
Total.....	12.114	5.879

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros.

continua...

...continuação



ÁGORA
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
						2013	2012	2013	2012
Ágora Educacional Ltda.	1.574	1.633	15	1.574	99,999	1.633	1.618	15	(45)

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos referem-se basicamente a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA no montante de R\$ 898 mil (2012 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
			2013	2012
			Custo líquido de depreciação	
			2013	2012
			2.148	2.350
			9.692	7.171
			10.011	9.521
			(7.863)	(7.350)
			2.148	2.171
			2.148	2.171

13) DIFERIDO

A Ágora CTVM não possuía valores registrados no diferido que se referem a gastos com desenvolvimento de logística (*software*) em 31 de dezembro de 2013, (2012 - valor do custo líquido de amortização correspondia a R\$ 228 mil e a amortização acumulada a R\$ 7.171 mil).

14) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por *software* e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 4.177 mil (2012 - R\$ 2.774 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 2.601 mil (2012 - R\$ 1.406 mil).

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração da Instituição leva em consideração, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2013	731	6
Atualização monetária.....	50	1
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	321	23
Baixas por pagamento.....	(321)	(2)
No final do exercício de 2013 (Nota 16)	781	28

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com esta classificação refere-se ao PIS e à COFINS, no montante de R\$ 30.707 mil, que deixaram de ser recolhidos com base em decisão final favorável obtida na AO 2005.51.01.011843-0, porém exigidos pela RFB sob alegação de que as receitas financeiras compõem a base de cálculo dessas contribuições.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	7.532	7.686
Impostos e contribuições a recolher.....	785	827
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c).....	42	-
Provisões fiscais (Nota 15b - III).....	28	6
Total	8.387	8.519

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	1.929	1.892
Provisões trabalhistas (Nota 15b - III) ...	781	731
Outras (1)	4.942	3.515
Total	7.652	6.138

(1) Refere-se à participação de empregados nos lucros.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 163.000 mil (2012 - R\$ 149.000 mil) é representado por 10.465.021 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
			2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012	10.465.021	149.000		
Aumento de capital com reservas - AGE/O de 19.4.2013 (1).....	-	14.000		
Em 31 de dezembro de 2013	10.465.021	163.000		

(1) Em 17 de junho de 2013 foi homologada pelo BACEN a Assembleia Geral Extraordinária/Ordinária deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 14.000 mil, sem emissão de ações, elevando-o de R\$ 149.000 mil para R\$ 163.000 mil, mediante a capitalização de parte dos saldos registrados em "Reserva de Lucros - Legal", no montante de R\$ 12.097 mil e "Reservas de Lucros - Estatutárias", no montante de R\$ 1.903 mil, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2012	10.465.021	149.000
Aumento de capital com reservas - AGE/O de 19.4.2013 (1).....	-	14.000
Em 31 de dezembro de 2013	10.465.021	163.000

(1) Em 17 de junho de 2013 foi homologada pelo BACEN a Assembleia Geral Extraordinária/Ordinária deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 14.000 mil, sem emissão de ações, elevando-o de R\$ 149.000 mil para R\$ 163.000 mil, mediante a capitalização de parte dos saldos registrados em "Reserva de Lucros - Legal", no montante de R\$ 12.097 mil e "Reservas de Lucros - Estatutárias", no montante de R\$ 1.903 mil, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	175.324	168.808
- Reserva legal (1).....	2.143	13.204
- Reserva estatutária (2).....	173.181	155.604

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visado à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido.....	20.713	22.155
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.036)	(1.107)
Base de cálculo	(19.677)	21.048
Dividendos propostos.....	197	210
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	18,82	20,07

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de corretagens de operações em bolsas.....	51.684	54.728
Comissão de intermediação de ações ..	5.548	3.011
Rendas de serviços de custódia.....	3.921	2.264
Taxa de administração.....	1.526	1.555
Comissões de colocação de títulos.....	662	820
Outros.....	-	2.077
Total	63.341	64.455

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos.....	10.307	11.344
Participação dos empregados nos lucros	3.431	5.028
Encargos sociais.....	3.382	3.896
Benefícios.....	3.337	3.165
Outras.....	577	284
Total	21.034	23.717

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços do sistema financeiro.....	22.623	21.382
Processamento de dados.....	11.236	13.626
Comunicação.....	5.681	8.418
Aluguéis.....	5.257	4.400
Serviços técnicos especializados.....	3.960	3.991
Propaganda, promoções e publicidade ..	2.257	1.592
Depreciações e amortizações.....	2.156	2.022
Materiais, energia e outros.....	967	1.177
Arrendamento de bens.....	702	1.300
Serviços de terceiros.....	576	599
Manutenção e conservação de bens.....	556	-
Viagens.....	223	-
Transportes.....	67	82
Outras.....	583	1.762
Total	56.844	60.351

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS.....	2.534	2.578
Imposto sobre serviços - ISS.....	1.416	1.423
Contribuição ao PIS.....	411	455
Outras.....	189	129
Total	4.550	4.585

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Receitas de recuperação de encargos e despesas.....	-	34
Reversão de outras provisões operacionais.....	25	-
Variações monetárias ativas.....	171	602
Multas.....	370	73
Outras.....	3	254
Total	569	963

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Patrocínio de caráter cultural.....	305	-
Indenizações pagas.....	-	122
Variação monetária e juros sobre tributos	-	197
Outros (1)	644	81
Total	949	400

(1) Em 2013, basicamente, perdas com clientes.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
Ativos (passivos)			Receitas (despesas)	
Banco Bradesco S.A. ...	677	408	-	-
Banco Bradesco S.A. ...	408.805	557.198	37.311	41.339

Disponibilidades:

Banco Bradesco S.A. ...

677

408

-

-

408.805

557.198

37.311

41.339

-

-

(197)

(210)

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

</

...continuação



ÁGORA
Uma empresa Bradesco

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	427	256	683
2015.....	633	380	1.013
2016.....	633	380	1.013
2017.....	206	124	330
Total.....	1.899	1.140	3.039

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.844 mil (2012 - R\$ 2.389 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 42 mil relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente

de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);

• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e

• Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Carlos Eduardo A. Vianna – Contador – CRC RJ-101223/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores

e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Nacional

JUSTIÇA

Dias Toffoli assina prisão de Asdrubal Bentes

ANA D'ANGELO E
ANDRÉ CHALBERS

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Antonio Dias Toffoli assinou ontem o mandado de prisão contra o deputado federal Asdrubal Bentes (PMDB-PA), para que ele inicie o cumprimento da pena de três anos, um mês e 10 dias em regime aberto. No caso, ele teria que passar a noite em uma casa de albergado, que tem condições físicas e materiais mais confortáveis que uma prisão tradicional, podendo trabalhar durante o dia. Porém, como não há esse tipo de estabelecimento penal no Distrito Federal, o regime de prisão passa a domiciliar, conforme jurisprudência das Cortes superiores.

A Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas recebeu os autos, ontem, por volta de 17h30 e deve expedir intimação nos próximos dias para que o deputado compareça a uma audiência no fórum, quando será informado das regras de cumprimento da pena. Em prisão domiciliar, ele não pode trocar de endereço residencial sem comunicar à Vepema. Também não pode sair de casa entre 21h e 5h. Aos domingos e feriados, deve permanecer casa por período integral, salvo prévia autorização da vara.

O condenado também deve comprovar que tem trabalho idôneo em até três meses. Por enquanto, ele mantém o mandato parlamentar – e já avisou a colegas que não pretende renunciar, por ora, a não ser que

haja chances reais de a Câmara cassar seu mandato.

Bentes foi condenado pelo STF por custear cirurgias de esterilização em mulheres em troca de votos nas eleições de 2004, quando concorreu à prefeitura de Marabá, no Pará. Também terá que pagar multa no valor de R\$ 7,6 mil, em valores ainda não atualizados monetariamente. O deputado também foi denunciado por corrupção eleitoral, estelionato e formação de quadrilha, mas os crimes prescreveram e, por isso, o deputado ficou livre de punição.

O secretário-geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Mozart Vianna, disse que a Casa não havia recebido nenhuma manifestação de Asdrubal Bentes até o fim da tarde de ontem. Agora, a Mesa deve delibe-

rar se instaura ou não processo de cassação do parlamentar. A questão terá de ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser decidida pelo plenário. Para Mozart Vianna, a questão deve gerar um "grande debate" na Câmara, pois a condenação de Bentes foi por crime eleitoral.

"O caso dele é diferente daquele do ex-deputado Natan Donadon, por se tratar de crime eleitoral. Há uma percepção (no Congresso) de que acusações desse tipo são menos graves", disse ele. Donadon foi condenado a 13 anos e 4 meses de prisão em regime fechado por peculato e formação de quadrilha e cumpre pena no Complexo da Papuda. A Câmara cassou seu mandato em fevereiro deste ano.

Cyrela Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 28.193.449/0001-32 - NIRE 3320110637-7
Extrato da Ata de Reunião de Sócios realizada no dia 30/12/2013
Data, Hora e Local: 30/12/2013, às 10hs, na sede social, Av. das Américas, 3.500, Bloco 01, sala 408, parte, Barra da Tijuca, RJ/RJ. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Rafael Novellino - Presidente, Claudio Carvalho de Lima - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** 1. Redução do capital social em R\$ 5.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 5.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 3.750.000 quotas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, e 1.250.000 quotas de propriedade da sócia **Little Hat Participações Ltda.**, as quais receberam o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Passando o capital social de R\$ 5.245.000,00 para R\$ 245.000,00. 2. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, após o quê, os sócios arquivarão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. RJ, 30/12/2013. **Sócios:** Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações - Sandra Esthy Attié Petzenbaum, Rafael Novellino e Claudio Carvalho de Lima. **Little Hat Participações Ltda.** - Ricardo Cherman.

Polo Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 12.261.588/0001-16 - NIRE: 33.3.0029416-3
Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 12/02/2014
Data, Hora e Local: 12/02/2014, às 10:30hs, na sede, Av. Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º and., Leblon, Rio de Janeiro/RJ. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos Diretores. **Mesa:** Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves - Presidente, e Stephan Renaux Chamagne de Sabrit - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** 1. **Emissão de CRIs.** A emissão de CRIs até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 pela Cia., por prazo indeterminado. Os CRIs serão emitidos em uma ou mais séries, respeitarão as restrições aplicáveis a cada série previstas no Art. 26 do Estatuto Social da Cia. e poderão ter sua colocação realizada total ou parcialmente, seja por meio de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29/12/2003, conforme alterada, ou por meio de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16/12/2009, conforme alterada. 2. **20ª Série da 1ª Emissão de CRI.** A 20ª série da 1ª emissão de CRIs da Cia., compreendendo a emissão de 109 CRIs, no valor nominal unitário de R\$ 337.005,72, totalizando um valor global da 20ª série de R\$ 36.733.623,48, nos termos e condições que vierem a ser estabelecidos no Termo de Securitização de Créditos da 20ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Polo Capital Securitizadora S.A., a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e a Oceanic Incorporações e Administração S.A.. 3. **Autorização para a Diretoria.** A concessão de autorização expressa para os Diretores da Cia. para a prática de todos os atos necessários à emissão de CRIs, até o limite global definido no item 1 acima, em uma ou mais séries e emissões, observadas as regras de representação da Cia. definidas no Estatuto Social, independentemente de nova aprovação prévia específica em Reunião da Diretoria. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. Diretores: Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves e Stephan Renaux Chamagne de Sabrit. Rio de Janeiro, 12/02/2014. **Carlos Eduardo P. de Oliveira Alves** - Presidente, **Stephan Renaux Chamagne de Sabrit** - Secretário. JUCERJA nº 00002599136 em 25.02.2014. Valéria G. M. Serra - Sec. Geral.

ELEIÇÕES

Ministro do STF fala em voto facultativo

CARLA ARAÚJO/AE

O ministro do Supremo Tribunal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, afirmou ontem ser a favor do voto facultativo.

"Sou a favor do exercício da cidadania, do voto facultativo, mas precisamos avançar culturalmente para que os brasileiros em geral percebam a importância do voto", afirmou, durante gravação de entrevista para o Programa do Jô, da TV Globo.

Segundo o ministro, o sistema de urna eletrônica no Brasil "preserva a vontade do eleitor". "Agora é preciso que ele (eleitor) tenha, acima de tudo, vontade de buscar novos rumos para o Brasil", afirmou.

Mello disse que o TSE passou a usar em sua publicidade institucional a expressão "vem pra urna" em uma alusão à mensagem "vem pra rua", usada durante os protestos do ano passado. "Local para o protesto não é a rua e sim a urna eletrônica".

Questionado se acreditava em mudanças significativas no quadro eleitoral deste ano por conta desse clamor popular, o ministro disse confiar nos seus "conciadãos, que vão comparecer nas eleições e elegerão os melhores". Mello rebateu a possibilidade de fraudes nas urnas eletrônicas e disse não há casos de "nenhuma impugnação minimamente séria, muito menos procedente." Ele disse que o fato de obrigar o eleitor a votar é uma maneira de tratar o cidadão co-

mo "tutelados". "O cidadão deve ter vontade e exercitar sua vontade. O voto no Brasil sempre foi obrigatório, não decorreu do regime de exceção, mas agora é hora de se avançar e pensar no voto facultativo", reforçou. Mello comentou ainda a questão da criação de novos partidos e o impedimento da criação da legenda da ex-ministra Marina Silva: Rede Sustentabilidade. "A participação diversificada é bem-vinda, mas tem uma demasia de partidos no Brasil", afirmou.

Flash

CARTEL DO METRÔ: PROMOTOR PREVÊ ACORDO

O promotor de Justiça Marcelo Milani disse ontem que parte dos consórcios contratados pelo Metrô de São Paulo para a reforma de 98 trens poderá assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em abril e ressarcir os cofres da empresa, controlada pelo governo do Estado. Com isso, dezenas de milhões de reais devem ser devolvidos em forma de multa ao Metrô - o valor exato ainda é calculado. Segundo ele, os contratos assinados para a reforma das Linhas 1-Azul e 3-Vermelha causaram ao Metrô prejuízo de R\$ 800 milhões. A reforma foi contratada em 2008 e 2009, na gestão de José Serra (PSDB), e mantida pelo atual governo do também tucano Geraldo Alckmin.